

Embratel Participações S.A.

Informações Trimestrais (ITRs) Acompanhadas do
Relatório sobre Revisão Especial

31 de Março de 2001

Relatório sobre Revisão Especial

Aos Administradores e Acionistas da

Embratel Participações S.A.:

(1) Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) da EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A., compreendendo os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado em 31 de março de 2001, as respectivas demonstrações do resultado individual (controladora) e consolidado para o trimestre findo naquela data, o relatório de desempenho e as informações relevantes.

(2) Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores - Ibracon, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais, e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Sociedade.

(3) Com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo (1) para que estejam de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.

(4) Os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2000, apresentado para fins comparativos, foi por nós revisado, conforme relatório, sem ressalva, datado de 12 de fevereiro de 2001. As demonstrações do resultado individual (controladora) e consolidado para o trimestre findo em 31 de março de 2000, apresentadas também para fins comparativos, foram por nós revisadas, conforme relatório sobre revisão especial, sem ressalva, datado de 20 de abril de 2000.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2001

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123-S-RJ

Fernando Marotta
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC-1-RJ-12.214-4

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2001 E 31 DE DEZEMBRO DE 2000

(Em milhares de reais)

A T I V O

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
CIRCULANTE		242.145	249.202	3.535.608	3.399.485
		-----	-----	-----	-----
Disponibilidades	9	16.534	23.636	390.739	422.614
Contas a receber de serviços	10	-	-	2.497.936	2.453.235
Tributos diferidos e a recuperar	11	36.662	36.617	456.523	406.670
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	188.911	188.911	-	-
Outros ativos		38	38	190.410	116.966
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.506	5.583	670.631	567.395
		-----	-----	-----	-----
Tributos diferidos e a recuperar	11	-	-	300.555	268.142
Depósitos judiciais		12.506	5.583	321.239	285.997
Outros ativos		-	-	48.837	13.256
PERMANENTE		6.050.471	6.074.881	7.816.196	7.795.477
		-----	-----	-----	-----
Investimentos	12	6.050.471	6.074.881	351.886	328.352
Imobilizado	13	-	-	7.464.310	7.467.125
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo		6.305.122	6.329.666	12.022.435	11.762.357
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2001 E 31 DE DEZEMBRO DE 2000

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
CIRCULANTE		246.562	246.581	3.666.495	3.611.961
Pessoal, encargos e benefícios sociais		2	2	108.576	100.921
Contas a pagar e despesas provisionadas	14	257	124	1.313.525	1.405.084
Impostos, taxas e contribuições	15	42.441	42.435	567.189	709.446
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	19	14.940	14.964	15.064	14.964
Dividendos propostos/juros sobre o capital próprio	19	188.911	188.911	191.440	191.440
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.184.301	881.899
Provisão para contingências	17	-	-	23.843	27.335
Participação de empregados nos resultados		-	-	39.865	28.306
Plano de pensão - Telos	18	-	-	61.948	61.725
Controladas e coligadas	20	-	100	10.083	18.615
Outras obrigações		11	45	150.661	172.226
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		915	915	1.926.818	1.745.721
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.527.522	1.364.390
Plano de pensão - Telos	18	-	-	201.218	211.103
Impostos, taxas e contribuições	15	-	-	197.163	169.313
Recursos capitalizáveis		915	915	915	915
RECEITAS ANTECIPADAS		-	-	121.495	110.627
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		-	-	249.982	211.878
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	6.057.645	6.082.170	6.057.645	6.082.170
Capital social realizado		2.134.427	2.134.427	2.134.427	2.134.427
Reserva de lucros		1.912.113	1.912.113	1.921.028	1.912.113
Ações em tesouraria		(41.101)	(41.475)	(41.101)	(41.475)
Lucros acumulados		2.052.206	2.077.105	2.043.291	2.077.105
Total do passivo		6.305.122	6.329.666	12.022.435	11.762.357

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM

31 DE MARÇO DE 2001 E 31 DE MARÇO DE 2000

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31 de março</u>		<u>31 de março</u>	
	<u>Notas</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA:					
Serviços de telecomunicações		-	-	2.481.005	2.019.347
Deduções da receita bruta		-	-	(638.279)	(488.569)
		-----	-----	-----	-----
Receita operacional líquida	5	-	-	1.842.726	1.530.778
Custo dos serviços prestados	6	-	-	(1.208.099)	(1.032.277)
		-----	-----	-----	-----
Lucro bruto		-	-	634.627	498.501
		-----	-----	-----	-----
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(25.153)	150.393	(462.260)	(268.901)
		-----	-----	-----	-----
Comercialização dos serviços		-	-	(261.633)	(111.772)
Gerais e administrativas		(872)	(1.001)	(211.621)	(140.439)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(140)	9.027	(16.690)
Resultado de equivalência patrimonial		(24.281)	151.534	1.967	-
		-----	-----	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(25.153)	150.393	172.367	229.600
		-----	-----	-----	-----
Resultado financeiro	7	348	(374)	(201.114)	11.226
		-----	-----	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(24.805)	150.019	(28.747)	240.826
		-----	-----	-----	-----
Resultado não operacional		(28)	-	451	12.129
		-----	-----	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(24.833)	150.019	(28.296)	252.955
		-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	8	-	-	8.094	(93.377)
Participação de empregados nos resultados		-	-	(11.556)	(7.710)
Participações minoritárias		-	-	(1.989)	(1.885)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(24.833)	150.019	(33.747)	149.983
		=====	=====	=====	=====
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (LOTES DE MIL)		332.932.361	332.915.828	332.932.361	332.915.828
		=====	=====	=====	=====
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		(0,07)	0,45	(0,10)	0,45
		===	===	===	===

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1º TRIMESTRE DE 2001

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. OPERAÇÕES E HISTÓRICO

A Embratel Participações S.A. foi constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, e com base no Decreto nº 2.546, de 14 de abril de 1998, resultante da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, cujo protocolo foi aprovado em Assembléia de Acionistas realizada em 22 de maio de 1998. O laudo de avaliação foi elaborado com data-base de 28 de fevereiro de 1998.

O Governo Federal vendeu a participação de 19,26% na Embratel Participações S.A. em leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1998, sendo esta adquirida pela Startel Participações Ltda. (WorldCom).

A Embratel Participações S.A. detém 98,8% do capital social da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel, empresa prestadora dos serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, em consonância com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal, a qual expirará em 31 de dezembro de 2005, podendo ser renovada por um período de mais 20 anos.

Os negócios das controladas, Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A - Embratel e Star One S.A., incluindo os serviços que prestam e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, a autoridade regulamentadora da indústria brasileira de telecomunicações, conforme estabelecido na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individual e consolidada em 31 de março de 2001 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades

São considerados investimentos temporários de alta liquidez, a serem mantidos até suas datas de vencimento. Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, limitados ao valor de mercado, quando aplicável.

b. Contas a Receber de Serviços

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, prestados aos clientes, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações contábeis. Também estão registrados nessa conta os valores a receber referentes a serviços de dados prestados aos clientes, bem como outros serviços.

Foi constituída provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

c. Saldos em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira estão registrados pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações contábeis. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica Resultado Financeiro, quando incorridos. Os efeitos das variações cambiais estão detalhados na Nota 7.

d. Investimentos

Referem-se, principalmente, a participações nas controladas e nos consórcios internacionais de satélites, e são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, reconhecidos os montantes de variação cambial, quando aplicáveis, pelo regime de competência. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas prováveis, quando aplicável.

e. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação acumulada.

As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos ativos. As principais taxas aplicadas estão divulgadas na Nota 13.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos vinculados a obras em andamento são registrados no imobilizado.

f. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os impostos diferidos são provisionados sobre as diferenças temporárias, conforme demonstrado nas notas 8, 11 e 15.

g. Provisão para Contingências

Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 17.

h. Receitas Antecipadas

Referem-se a receitas antecipadas na venda de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e empresas internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do período de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

i. Reconhecimento das Receitas

As receitas dos serviços prestados são contabilizadas pelo regime de competência, reduzidas de provisão para questionamentos e erros. As receitas dos serviços internacionais incluem receitas geradas pelos acordos entre a controlada Embratel e as entidades estrangeiras de telecomunicações. Esses acordos definem taxas pagas pela controlada às entidades estrangeiras pela utilização dos equipamentos para completar as ligações faturadas fora do Brasil. As receitas relacionadas às ligações internacionais são registradas mensalmente, sendo os valores a serem pagos às entidades estrangeiras incluídos no custo dos serviços prestados.

j. Resultado Financeiro

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes do resultado de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos, os quais são reconhecidos pelo regime de competência.

k. Plano de Pensão - Telos

A controlada Embratel mantém uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados (Nota 18). Tanto as contribuições para o plano de benefícios definidos quanto aquelas para o plano de contribuição definida são contabilizadas pelo regime de competência. As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente.

l. Participação de Empregados nos Resultados

A controlada Embratel constituiu uma provisão para participação de empregados nos resultados, cujo pagamento está sujeito à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas.

m. Lucro Líquido por Lote de Mil Ações

O lucro líquido por lote de mil ações está calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços.

4. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Nas demonstrações contábeis consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários no resultado e no patrimônio líquido.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Embratel Participações S.A. e de suas controladas, direta ou indiretamente, como se segue:

	Participação direta e/ou indireta (%)	
	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
	Capital social/ votante	Capital social/ votante
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel	98,8	98,8
BrasilCenter Comunicações Ltda.	100,0	98,8
Embratel Soluções Ltda.	100,0	100,0
Embratel Americas, Inc. (1)	100,0	-
Star One S.A. (2)	80,0	-
Ponape Telecomunicações Ltda. (3)	100,0	-
Oroluk Telecomunicações Ltda. (4)	100,0	-
Palau Telecomunicações Ltda. (5)	100,0	-
Acessonet Ltda. (6)	100,0	-

(1) Início das operações em maio de 2000.

(2) Início das operações em novembro de 2000.

(3), (4) e (5) Início das operações em dezembro de 2000.

(6) Início das operações em dezembro de 2000.

Em 29 de março de 2001 a controlada Embratel incorporou as empresas Keshara Empreendimentos Ltda., detentora de 100% do capital social da Acessionet Ltda., e a Star Sat S.A., detentora de 80% do capital social da Star One S.A.

5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	31 de março	
	2001	2000
Área de voz-		
Longa distância nacional	1.107.993	902.359
Longa distância internacional	220.086	218.937
	-----	-----
	1.328.079	1.121.296
Área de dados	459.652	350.709
Outros serviços	54.995	58.773
	-----	-----
Receita operacional, líquida	1.842.726	1.530.778
	=====	=====

6. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	31 de março	
	2001	2000
Remuneração de meios (interconexão)/facilidades	(883.869)	(752.272)
Depreciação	(221.056)	(191.964)
Pessoal	(50.296)	(52.237)
Serviços de terceiros	(38.409)	(27.917)
Outros	(14.469)	(7.887)
	-----	-----
Total	(1.208.099)	(1.032.277)
	=====	=====

As despesas relacionadas à remuneração de meios (interconexão) referem-se a pagamentos para as companhias de telefonia fixa local pelo uso de linhas de circuitos privados e custos de interconexão pagos pela controlada Embratel às três companhias regionais de telefonia fixa, de acordo com o novo regime de interconexão determinado pela Resolução nº 33, que passou a vigorar em 1º de abril de 1998.

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31 de março		31 de março	
	2001	2000	2001	2000
Receitas financeiras-				
Receitas com aplicações financeiras	348	468	17.645	16.650
Variações monetárias ativas	-	-	280	(2.333)
Variações cambiais ativas	-	-	30.781	(10.015)
	-----	-----	-----	-----
Subtotal	348	468	48.706	4.302
	-----	-----	-----	-----
Despesas financeiras:				
Despesas com operações financeiras	-	(842)	(64.828)	(22.451)
Variações monetárias passivas	-	-	(4.880)	(12.565)
Variações cambiais passivas	-	-	(180.112)	41.940
	-----	-----	-----	-----
Subtotal	-	(842)	(249.820)	6.924
	-----	-----	-----	-----
Total	348	(374)	(201.114)	11.226
	====	====	=====	=====

No 1º trimestre de 2001, o real acumulou a desvalorização de 10,6 % frente à cotação do dólar americano, tendo apurado por conta disso, despesa com variação cambial no valor de R\$180.112 no referido período, líquido dos ganhos oriundos dos contratos de "hedge".

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A controladora e suas controladas provisionam mensalmente as parcelas de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro - CSSL, recolhendo os tributos com base na estimativa mensal mediante balanço de suspensão, conforme previsto na legislação fiscal vigente. As parcelas de antecipação do IRPJ e da CSSL são contabilizadas sob as rubricas Imposto de Renda - Estimativa e Contribuição Social - Estimativa, sendo que, para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, essas contas são consideradas retificadoras dos respectivos passivos específicos (veja Nota 15).

A legislação tributária introduzida em 1995 (Lei nº 8.981) restringiu a compensação dos prejuízos fiscais acumulados e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro a 30% (trinta por cento) dos lucros tributáveis gerados em cada período-base. Em 31 de março de 2001 a controlada Embratel possuía R\$173.024 de prejuízos fiscais e R\$61.722 de base negativa de contribuição social (em 31 de março de 2000 - R\$172.305 de prejuízos fiscais e R\$252.478 de base negativa de contribuição social).

8.1 - Receitas (Despesas) com
Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de imposto de renda e contribuição social é composta da despesa corrente, apurada no ano e calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, e da diferida, correspondente ao efeito dos impostos sobre as diferenças temporárias originadas ou realizadas no ano. O imposto de renda e contribuição social diferidos apurados no trimestre findo em 31 de março de 2001 e 2000 totalizaram R\$12.968 e (R\$19.548), respectivamente, e foram calculados sobre provisão para devedores duvidosos, depreciação acelerada, prejuízos fiscais, impostos temporariamente indedutíveis e outras receitas e despesas temporariamente tributáveis e dedutíveis.

Composição das Receitas (Despesas) com
Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	31 de março	
	2001	2000
Corrente-		
Contribuição social	(1.292)	(19.549)
Imposto de renda	(3.582)	(54.280)
	-----	-----
Total de receitas (despesas) correntes	(4.874)	(73.829)
Diferido-		
Contribuição social	5.101	(6.222)
Imposto de renda	7.867	(13.326)
	-----	-----
Total de receitas (despesas) diferidas	12.968	(19.548)
	-----	-----
Total (IRPJ + CSSL)	8.094	(93.377)
	=====	=====

8.2 - Conciliação das Receitas (Despesas)
Tributárias com as Alíquotas Nominais

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais, para o valor registrado como receita/despesa de imposto de renda e contribuição social, é como se segue:

	Consolidado	
	31 de março	
	2001	2000
Lucro antes de impostos e participações	(28.296)	252.955
Participação de empregados nos resultados	(11.556)	(7.710)
	-----	-----
Lucro líquido antes de impostos	(39.852)	245.245
Despesa de contribuição social à alíquota nominal	1.859	(30.049)
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva-		
Constituição do crédito s/ receita internacional isenta	2.261	7.450
Outros	(310)	(3.173)
	-----	-----
Crédito (despesa) de CSSL na demonstração do resultado	3.810	(25.772)
	=====	=====

	Consolidado	
	31 de março	
	2001	2000
Despesa de imposto de renda à alíquota nominal (25%)	5.164	(61.704)
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva-		
Adições permanentes	(5.931)	(2.716)
Exclusões permanentes (*)	4.701	25
Outros	350	(4.519)
Incentivo fiscal	-	1.309
	-----	-----
Crédito (despesa) de IRPJ na demonstração do resultado	4.284	(67.605)
	-----	-----
Total geral (IRPJ + CSSL)	8.094	(93.377)
	=====	=====

(*) Exclusões permanentes substancialmente referentes à equivalência patrimonial.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% previsto em lei. A contribuição social, por sua vez, foi calculada à alíquota 12% até janeiro de 2000 (alteração estabelecida na Instrução Normativa nº 81/99, de 30 de junho de 1999), e 9% a partir de fevereiro de 2000 (alteração conforme Medida Provisória 1991-12 de 14 de dezembro de 1999).

9. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
Caixa e bancos	15.744	15.570	110.195	147.991
Aplicações financeiras no exterior	-	-	101.105	105.872
Títulos e valores mobiliários	790	8.066	179.439	168.751
	-----	-----	-----	-----
Total	16.534	23.636	390.739	422.614
	=====	=====	=====	=====

Os títulos e valores mobiliários são representados, principalmente, por títulos de renda fixa. As aplicações no exterior são oriundas de valores de tráfego mútuo recebidos das entidades operadoras de telecomunicações no exterior e convertidas em aplicações de curto prazo.

10. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS

	Consolidado	
	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
Entidades nacionais/clientes	2.888.700	2.759.616
Administradoras estrangeiras	272.961	244.555
	-----	-----
Subtotal	3.161.661	3.004.171
Provisão para devedores duvidosos	(663.725)	(550.936)
	-----	-----
Total	2.497.936	2.453.235
	=====	=====

11. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
Imposto de renda retido na fonte	34.677	36.008	35.243	36.895
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	113	609	5.668	654
Tributos diferidos ativos-				
Provisão para baixa de ativo fixo	-	-	27.238	28.855
Depreciação acelerada	-	-	68.692	77.287
Prejuízos fiscais	-	-	43.256	27.850
Provisão para devedores duvidosos	-	-	225.360	187.318
Cofins/PIS - temporariamente indedutíveis	1.872	-	85.928	74.010
Outros tributos diferidos (provisões)	-	-	135.899	148.317
ICMS	-	-	81.486	88.438
Outros	-	-	48.308	5.188
	-----	-----	-----	-----
Total	36.662	36.617	757.078	674.812
	=====	=====	=====	=====
Circulante	36.662	36.617	456.523	406.670
	=====	=====	=====	=====
Longo prazo	-	-	300.555	268.142
	=====	=====	=====	=====

12. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
Participação avaliada pela equivalência patrimonial-		
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	6.050.439	6.074.714
Embratel Soluções Ltda.	51	57
Ponape Telecomunicações Ltda.	10	10
Deságio na compra de ações	(29)	-
Outros investimentos - avaliados pelo custo de aquisição	-	100
	-----	-----
Total	6.050.471	6.074.881
	=====	=====

O saldo consolidado de investimentos em 31 de março de 2001 e 31 de dezembro de 2000, no montante de R\$351.886 e R\$328.352, respectivamente, refere-se substancialmente a participações em consórcio internacionais.

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		31 de março de 2001			31 de dezembro de 2000
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Obras em andamento	-	1.369.673	-	1.369.673	1.222.094
Equipamentos de comutação	7,69	1.541.172	(768.934)	772.238	791.568
Equipamentos de transmissão	10,00 a 20,00	6.952.112	(2.912.166)	4.039.946	4.170.015
Prédios e canalização	4,00	1.227.450	(570.916)	656.534	662.244
Outros ativos	5,00 a 20,00 (*)	1.463.656	(837.737)	625.919	621.204
Total		12.554.063	(5.089.753)	7.464.310	7.467.125

(*) Exceto para os terrenos que montavam, em 31 de março de 2001 e 31 de dezembro de 2000, R\$165.528 e R\$165.918, respectivamente.

Bens totalmente depreciados montam a R\$1.587.223 e R\$1.523.714 em 31 de março de 2001 e em 31 de dezembro de 2000, respectivamente.

14. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	Consolidado	
	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
Fornecedores	949.546	1.060.645
Entidades estrangeiras	256.495	234.817
Consignações a favor de terceiros/outras	107.484	109.622
Total	1.313.525	1.405.084

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
Tributos indiretos-				
ICMS	-	-	190.858	274.807
PIS/Cofins	12.504	12.498	48.602	40.452
PIS/Pasep - exigibilidade suspensa	-	-	91.162	88.338
Cofins - depósito judicial (majoração alíquota de 2% para 3%)	-	-	154.036	125.918
ISS	-	-	4.479	7.069
Outros	-	-	13.246	8.821
Tributos sobre a renda-				
IRRF sobre JSCP	22.601	22.601	22.601	51.154
IRPJ - estimativa	7.336	7.336	18.120	55.513
CSSL - estimativa	-	-	4.123	13.522
Tributos diferidos passivos-				
Lei nº 8.200/91 - correção monetária complementar	-	-	46.959	48.025
Total	42.441	42.435	764.352	878.759
Circulante	42.441	42.435	567.189	709.446
Longo prazo	-	-	197.163	169.313

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado			
	31 de março de 2001			31 de dezembro de 2000
	Principal	Juros	Total	Total
Instituições financeiras	2.590.633	52.953	2.643.586	2.160.130
Fornecedores	63.454	4.783	68.237	86.159
Total	2.654.087	57.736	2.711.823	2.246.289
Circulante	1.126.565	57.736	1.184.301	881.899
Longo prazo	1.527.522	-	1.527.522	1.364.390

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras foram substancialmente contratados em moeda estrangeira. A taxa efetiva ("all in") de juros da dívida total é equivalente a variação cambial mais 9,62% a.a.

Os financiamentos com fornecedores são contratados em moeda estrangeira e referem-se a compra de equipamentos e materiais necessários à adequada prestação dos serviços de telecomunicação nacional e internacional.

a. Modalidade/Finalidade

	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
Moeda nacional-		
Capital de giro-		
Financiamento do ativo permanente-		
Instituições financeiras	25.179	28.631
	-----	-----
Total em moeda nacional	25.179	28.631
	=====	=====
Moeda estrangeira-		
Capital de giro	1.204.649	1.120.366
Financiamento do ativo permanente-		
Instituições financeiras	1.413.759	1.011.133
Fornecedores	68.236	86.159
	-----	-----
Total em moeda estrangeira	2.686.644	2.217.658
	=====	=====

b. Cronograma de Pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser liquidada como se segue:

Ano	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
2002	333.698	539.381
2003	305.939	236.570
2004	292.115	224.140
2005 em diante	595.770	364.299
	-----	-----
Total	1.527.522	1.364.390
	=====	=====

c. Composição da Dívida por Moeda

Atualizado pelo	Taxa de câmbio de 31 de março de 2001 em R\$	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
Real	-	25.180	28.631
Dólar norte-americano	2,161600	2.179.884	1.718.922
Franco francês	0,289904	181.004	172.561
Marco alemão	0,972297	11.468	10.947
lêne japonês	0,017122	314.287	315.228
Total		2.711.823	2.246.289

d. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por notas promissórias.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No curso normal dos negócios, a controlada Embratel está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais, as quais foram ou podem vir a ser levantadas, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível, administrativa, fiscal, previdenciária e trabalhista.

Parte significativa das contingências discutidas a seguir envolvem questões de extrema complexidade, com características únicas da Sociedade e/ou da indústria de telecomunicações, que surgiram em função da margem a diferentes interpretações causadas pelas legislações pertinentes e que até a presente data não apresentam jurisprudência consolidada.

Da mesma forma, cabe mencionar que a maioria das questões discutidas a seguir são originadas de procedimentos já adotados anteriormente à privatização da Sociedade, os quais estavam fundamentados em instruções de órgãos competentes da época.

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Embratel acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade.

Os detalhes das principais causas atualmente em curso estão descritos a seguir:

a. Reclamações Trabalhistas

A provisão para reclamações trabalhistas totalizou R\$23.843 em 31 de março de 2001 (R\$27.335 em 2000). Essa quantia representa a estimativa da Administração, baseada em seus consultores legais, das perdas prováveis relativas a diversos processos iniciados por atuais e antigos funcionários.

b. Contingências Fiscais

b.1 - Retenção de Imposto de Renda sobre Remessas a Companhias Estrangeiras de Telecomunicações

A controlada Embratel efetua pagamentos regulares a companhias internacionais de telecomunicações referentes a ligações oriundas do Brasil e encerradas no exterior (tráfego sainte). A legislação fiscal brasileira, genericamente, determina a retenção de 25% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados (remessas) referentes aos serviços prestados por companhias situadas no exterior. Entretanto, com base em pareceres jurídicos e decisões do Ministério da Fazenda dos anos de 1952 e 1953, a Sociedade não retém o citado imposto.

Além disso, vige no Brasil a Convenção Internacional de Telecomunicações, aprovada em Nairóbi, Quênia (Tratado de Nairóbi) em 6 de novembro de 1982, a qual foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 55, de 4 de outubro de 1989, ratificado pela Carta Presidencial de 21 de janeiro de 1990 e promulgado pelo Decreto Presidencial nº 70, de 26 de março de 1991. Conseqüentemente, impera na jurisdição a obrigatoriedade de serem observados os regulamentos administrativos exarados no âmbito da União Internacional de Telecomunicações, da qual o Brasil é país-membro. Desse modo, entende a Administração estar assegurada à controlada Embratel a isenção de imposto de renda na fonte sobre as remessas efetuadas ao exterior a operadoras de telefonia que prestam serviços de completamento de ligações oriundas do Brasil, em virtude do estabelecido no Regulamento Internacional de Telecomunicações, aprovado em Melbourne, Austrália, em 9 de dezembro de 1988.

Em 8 de fevereiro de 1999, a Sociedade formulou consulta para as autoridades fiscais sobre essa matéria. Em 3 de setembro de 1999, a Sociedade tomou ciência da resposta à consulta formulada em 8 de fevereiro de 1999, na qual a autoridade fiscal exarou o entendimento de que a isenção do imposto de renda na fonte incidente sobre as remessas para o exterior somente deve ser aplicada a partir de 19 de outubro de 1998, nos termos do Decreto nº 2.962/99, promulgador da Constituição e da Convenção da UIT. A autoridade fiscal também reconheceu que o imposto de renda na fonte sobre os valores remetidos pela controlada Embratel para as operadoras de telecomunicações no exterior deve observar o artigo 7º do Modelo OCDE adotado pelo Brasil em matéria de tratados bilaterais para evitar a dupla tributação da renda, desde que não haja nenhuma ressalva nos tratados específicos ou em protocolo adicional.

De qualquer forma, a Sociedade decidiu impetrar Mandado de Segurança junto ao Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no qual, em 30 de setembro de 1999, obteve deferimento de medida liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário decorrente da consulta em comento.

Em 23 de dezembro de 1999, a Sociedade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em R\$410.697 pela não-retenção de 25% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados entre dezembro de 1994 e outubro de 1998, exação essa que desconsiderou a análise dos tratados bilaterais de tributação mencionados expressamente na resposta da autoridade fiscal à consulta formulada. A Sociedade também se defendeu desse Auto de Infração apresentando sua defesa administrativa, a qual se encontra em análise pelas autoridades fiscais.

A União Federal recorreu da decisão liminar do Juízo da 14ª Vara Federal e, em 10 de abril de 2000, a Justiça Federal da 2ª Região, através da desembargadora relatora, suspendeu os efeitos da referida liminar, o que foi confirmado pela Turma.

No que tange ao processo judicial, em que discute-se a exigibilidade do crédito tributário, suspensão mediante apresentação de fiança bancária, conforme decisão do Tribunal Regional Federal em Agravo Regimental, encontra-se este aguardando a prolação de sentença pelo Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Por provocação do Ministério das Comunicações a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu, em 31 de outubro de 2000, um parecer sobre as contingências fiscais relacionadas a essa matéria e ao imposto de renda sobre resultado internacional entrante (item b.2 a seguir). Esse parecer, posicionando-se pela legitimidade da cobrança, externa a posição do executivo do Governo Federal e contraria a posição da Sociedade. No entanto, a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos entendem que o referido parecer não apresenta novos fatos ou argumentos de qualquer natureza que alterem suas avaliações sobre essa causa, na medida em que a decisão final será tomada pelos órgãos julgadores competentes.

Com base nos argumentos expostos e na avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Sociedade, que avaliam como remota a perda da Sociedade na causa, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis por conta dessa causa.

b.2 - Imposto de Renda sobre Resultado Internacional Entrante

A controlada Embratel, baseada na opinião de seus consultores legais, julga que a receita operacional dos serviços de telecomunicações gerada no exterior (tráfego entrante) não está sujeita a tributação, já que o advento da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, não teria revogado a isenção concedida por lei específica.

Por conta dessa matéria, no final do mês de março de 1999, a Sociedade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em R\$287.239 pelo não-recolhimento do imposto de renda nos anos de 1996 e 1997. No final de abril de 1999, a controlada Embratel entrou com defesa administrativa contra essa autuação, que se encontra em primeira instância para julgamento.

No entanto, a Sociedade julgou conveniente efetuar o recolhimento do imposto para o período de agosto a dezembro de 1998, no montante de R\$34.320 (incluídos os juros), dando continuidade nos meses que se sucedem até que essa questão seja resolvida, ficando, assim, livre de penalidades, sem prejuízo de pleitear, no momento oportuno, a restituição dos valores recolhidos. Esse montante foi registrado como despesa nas demonstrações contábeis e pago no primeiro trimestre de 1999.

Em 17 de junho de 1999, a Embratel foi autuada pelo não-pagamento de imposto de renda sobre resultado internacional entrante relativo ao exercício de 1998, totalizando R\$64.396. A Sociedade continuará pagando imposto de renda sobre o resultado internacional entrante até que seja resolvida a controvérsia tributária. A controlada Embratel também se defendeu desse auto de infração apresentando sua defesa administrativa, a qual foi julgada parcialmente procedente, dada uma parcela a maior da exação, tendo apresentado recurso ao Conselho de Contribuintes, o qual, em 12 de julho de 2000, foi julgado desfavorável à Sociedade. Em decorrência dessa decisão, a Embratel ingressou com recurso na Câmara Superior de Recursos Fiscais em 16 de março de 2001.

O parecer da Advocacia Geral da União (AGU) emitido em 31 de outubro de 2000 (veja item b.1 acima) também externa a posição do executivo do governo federal, o qual contraria a posição da Sociedade. No entanto, nessa questão a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos também entendem que o referido parecer não apresenta novos fatos ou argumentos de qualquer natureza que alterem suas avaliações sobre esta causa.

Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, os quais avaliam como possível a perda da Sociedade nesta causa, os valores correspondentes aos autos de infração mencionados não foram provisionados nas demonstrações contábeis.

b.3 - ICMS sobre Serviços Prestados

Até o advento da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1996), as operadoras locais de telefonia faturavam e recolhiam o ICMS na prestação do serviço de telefonia fixa com base de cálculo reduzida correspondendo a uma alíquota efetiva de 13%, em razão do Convênio ICMS nº 27, de 29 de março de 1994.

Com a entrada em vigor da referida Lei Complementar (16 de setembro de 1996), as empresas operadoras de telecomunicações do Sistema Telebrás foram instadas a não mais tributar as chamadas destinadas ao exterior.

Atualmente, algumas autoridades fiscais vêm autuando certas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações locais em decorrência do não recolhimento do ICMS nos serviços internacionais.

A controlada Embratel recebeu algumas autuações pelo não pagamento de ICMS oriundo de serviços prestados, incluindo serviços no campo internacional e de outros entendidos pela Sociedade como isentos ou não tributáveis. A Administração da Sociedade, com base nos fatos atualmente disponíveis, avaliou como remota a probabilidade de perda da Sociedade em boa parte dessas autuações. Aquelas autuações cujas chances de perda foram avaliadas como possíveis pelos consultores jurídicos montam em aproximadamente R\$115 milhões em 31 de março de 2001. Em decorrência desta avaliação, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis.

Paralelamente, a controlada está participando, efetivamente, do esforço, no sentido de demonstrar às autoridades fiscais o impacto econômico nocivo ao setor dessa discutida carga tributária, se incidente nos citados serviços.

c. Outros Impostos

A determinação da maneira pela qual impostos federais, estaduais e municipais são aplicados sobre as operações da Sociedade está sujeita a diversas interpretações devido à natureza única dessas operações. A Administração da Sociedade acredita que a interpretação das obrigações fiscais desta está substancialmente de acordo com a legislação atual. Conseqüentemente, quaisquer mudanças no tratamento fiscal sobre essas operações irão resultar de novas legislações ou regras interpretativas por parte das autoridades fiscais.

d. Contingências Junto à Anatel e à Justiça do Estado de São Paulo

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicação em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a controlada Embratel foi oficialmente notificada pela Anatel - para pagar multa proveniente do processo sancionatório relativo ao período no qual as operadoras efetivaram a mudança no código de discagem.

A Sociedade impetrou medida judicial contestando a validade do procedimento sancionatório e obteve (i) liminar no sentido de afastar a cobrança da multa e (ii) manifestação favorável do Ministério Público. Entretanto, em 24 de Abril de 2001 o Juízo de primeira instância decidiu por manter o pagamento da multa, tendo, no entanto, julgado procedente o pedido da Sociedade de redução da multa de R\$55 milhões para R\$50 milhões. A Sociedade irá recorrer da decisão e buscará obter provimento judicial para afastar a cobrança da multa enquanto discute a questão na Justiça.

Pelo mesmo fato, o Estado de São Paulo e a Fundação Procon impetraram ação civil pública junto à 14ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, sendo que, em 30 de março de 2000, foi divulgada sentença de primeira instância condenando a Sociedade e a operadora local a pagarem multa de R\$30 milhões e a devolverem aos usuários de telefonia do Estado de São Paulo os valores relativos às ligações telefônicas realizadas no período de 3 a 12 de julho de 1999. A Sociedade recorreu dessa decisão ao Tribunal.

Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, que avaliam como possível a probabilidade de perda da Sociedade nestas causas, os valores correspondentes às referidas penalidades não foram provisionados nas demonstrações contábeis.

18. PLANO DE PENSÃO - TELOS

A Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. Foi instituída pela controlada Embratel em 1º de agosto de 1975.

A Embratel patrocina dois planos de pensão: benefício definido e contribuição definida, ambos administrados pela Telos. A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano (plano de benefício definido) para o exercício de 2000, que é a mesma prevista para o exercício de 2001, é de 19,8% do salário dos participantes ativos.

Subseqüentemente à privatização, a Sociedade elaborou plano de contribuição definida, através da Telos, o qual foi revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. Os novos empregados contratados aderem, automaticamente, ao novo plano, estando interrompidas quaisquer adesões ao plano de benefício definido. Para o plano de contribuição definida, a contribuição da patrocinadora varia de 3% a 8% do salário do participante, além da contribuição extraordinária, prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para os casos de incapacidade e morte.

Em 1º de setembro de 1999 foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos será paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo plano de contribuição definida. Sobre o saldo não amortizado, são apropriados rendimentos mensais e sucessivos correspondentes à aplicação da taxa de valorização dos ativos da Telos. O referido passivo junto à Telos, atualizado para 31 de março de 2001, monta a importância de R\$263.166 (R\$272.828 em 31 de dezembro de 2000), o qual não está incluída no total dos ativos dos planos indicados a seguir.

Do ponto de vista patrimonial, a Telos apresentava em 31 de março de 2001 os seguintes saldos estimados (não auditados):

Reservas técnicas-	
Reservas matemáticas	1.413.056
Plano de benefício definido-	
Benefícios concedidos	675.062
Benefícios a conceder	13.569
Plano de contribuição definida-	
Benefícios concedidos	128.785
Benefícios a conceder	595.640
Superávit técnico	27.029

Total das reservas	1.440.085
	=====
Ativos dos planos-	
Mercado de renda fixa	1.093.180
Mercado de renda variável	253.566
Mercado imobiliário	68.819
Operações com participantes	27.849

Total dos ativos dos planos	1.443.414
	=====
Contribuições da patrocinadora no período	6.529
	=====

Os planos de pensão patrocinados pela controlada Embratel, mencionados acima, constituem-se nos principais benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

A partir da emissão da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que aprova o Pronunciamento do IBRACON sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes desses benefícios foram instituídas e deverão ser obrigatoriamente aplicadas para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2002. Os efeitos dessas novas práticas, se existentes, devem ser divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2001 e o seu reconhecimento contábil, de acordo com opção dada pelo citado pronunciamento, deverá ser efetuado em contra partida ao patrimônio líquido naquela data, como ajuste de exercícios anteriores, ou ser reconhecido no resultado de exercícios posteriores no prazo de cinco anos ou no tempo de serviço ou vida remanescente dos empregados, se menor.

A Administração da Sociedade, considerando a assinatura do termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado em 1º de setembro de 1999 com a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, conforme mencionado acima, não acredita que a aplicação da referida Deliberação CVM nº 371 trará

efeitos significativos às demonstrações contábeis. No entanto, a Administração da Sociedade, e seus atuários estão apurando a existência ou não de efeitos decorrentes desse assunto. Quando concluída a apuração desses efeitos, a Administração da Sociedade fará a opção por uma das formas de registro contábil previsto no parágrafo anterior.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Realizado

O capital autorizado em 31 de março de 2001 e 31 de dezembro de 2000 é de 700 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de R\$2.134.427, representado por 334.399.028 mil ações, sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações): 124.369.031 ações ordinárias e 210.029.997 ações preferenciais. O valor patrimonial das ações (por lote de mil, expresso em reais) em 31 de março de 2001 e 31 de dezembro de 2000 é de R\$18,12 e R\$18,19, respectivamente.

b. Reserva de Lucros

Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reserva de Lucros a Realizar

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1) e originada de receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos das controladas, bem como para complementar os dividendos mínimos para as ações preferenciais.

c. Ações em Tesouraria

Em 31 de março de 2001 e 31 de dezembro de 2000, a Sociedade mantinha 1.466.667 mil e 1.480.000 mil ações preferenciais, respectivamente, de sua própria emissão em tesouraria, a um custo médio ponderado de aquisição, por lote de mil ações, expresso em reais, de R\$28,02 e R\$28,02, respectivamente.

No decorrer do período de três meses findo em 31 de março de 2001, a Sociedade alienou 13.333 mil ações ao preço médio de R\$23,13 por lote de mil ações, o que resultou em um deságio de R\$65 mil também registrado contra lucros acumulados.

A alienação de ações existentes em tesouraria foi efetuada na forma privada para atender ao exercício do plano de opções de compra de ações (veja Nota 19.e), de acordo com a autorização CVM/GEA nº 213/99.

d. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número de ações da Sociedade, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos propostos são apropriados somente no encerramento do exercício.

e. Plano de Opções de Compra de Ações

O plano aprovado em AGE realizada em 17 de dezembro de 1998 outorgou a opção de compra de ações preferenciais aos diretores e empregados na proporção de 33% em cada período anual, a contar de um ano da data da outorga e dentro do limite máximo de dez anos para exercício do direito. As ações adquiridas por exercício da opção manterão todos os direitos pertinentes às ações de igual classe e espécie, inclusive quanto aos dividendos. As informações relativas ao plano de opções de compra estão sumariadas a seguir:

Quantidade de opções de compra de ações preferenciais (lote de mil ações)-	
Opções ofertadas até 31 de dezembro de 1998	1.635.000
Opções ofertadas em 1999	355.000
Opções exercidas em 1999	(173.333)
Opções vendidas em 1999	(9.000)
Opções canceladas em 1999	(45.000)

Opções em aberto em 31 de dezembro de 1999	1.762.667
Opções ofertadas em 2000	2.048.265
Opções exercidas em 2000	(122.700)
Opções vendidas em 2000	(4.800)
Opções canceladas em 2000	(130.000)

Opções em aberto em 31 de dezembro de 2000	3.553.432
	=====
Opções vendidas em 2001	(13.333)
Opções canceladas em 2001	(168.951)

Opções em aberto em 31 de março de 2001	3.371.148
	=====
Preço médio ponderado das opções de compra atualizado para 31 de março de 2001 pelo IGP-M (por lote de mil ações, expresso em reais), como se segue-	
Opções concebidas em dezembro de 1998	23,31
	=====
Opções concebidas em março de 1999	35,45
	=====
Opções concebidas em julho de 1999	27,37
	=====
Opções concebidas em setembro de 1999	26,92
	=====

f. Lucros Acumulados

A Administração da Sociedade irá propor, na próxima Assembléia dos Acionistas, a utilização dos Lucros Acumulados para aumento de capital em montante suficiente para o enquadramento ao artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

g. Conciliação entre o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido da Controladora e Consolidado

Em 31 de março de 2001, a conciliação entre o prejuízo do exercício da controladora e consolidado se apresentava como se segue:

	Prejuízo do exercício
	<u>31 de março de 2001</u>
Controladora	(24.833)
Reserva de IR Diferido - Ágio Star One	(8.914)
Consolidado	<u>(33.747)</u>

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A partir da privatização, as principais transações com empresas relacionadas são com a WorldCom, as quais são realizadas em condições usuais de mercado para esses tipos de operações. Os saldos a receber e a pagar em 31 de março de 2001 e 31 de dezembro de 2000 decorrentes dessas transações são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2001	31 de dezembro 2000	31 de março de 2001	31 de dezembro de 2000
ATIVO:				
Circulante-				
Administrações estrangeiras	-	-	55.415	59.206
Dividendos propostos	60.845	60.845	-	-
Juros sobre o capital próprio - Embratel	128.066	128.066	-	-
PASSIVO:				
Circulante-				
Administrações estrangeiras	-	-	30.129	25.438
Juros sobre o capital próprio - Startel	24.775	24.775	24.775	24.775
Dividendos propostos - Startel	11.771	11.771	11.771	11.771
Outras obrigações	-	100	10.083	18.615

Em conformidade com o contrato de concessão com a Anatel e aprovação em Assembléia Geral Extraordinária em 18 de novembro de 1998, foi apropriado nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2001 e 2000, na conta Despesas Gerais e Administrativas, os valores de R\$9.375 e R\$15.569, respectivamente, relativos à prestação de serviços de consultoria a favor da WorldCom International, Inc., empresa controlada pela WorldCom.

21. SEGUROS (NÃO AUDITADOS)

A Administração considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Considerações Gerais

A controlada Embratel participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a reduzir a exposição a riscos de variação de moeda e de juros, que, em geral, envolvem a alteração de indexadores e/ou taxas de rendimentos/juros de aplicações financeiras e empréstimos. A administração desses riscos é efetuada através de estratégias de operação e determinação de limites.

b. "Swap" de Juros e Moedas

A controlada Embratel efetuou operações de derivativos com o intuito de proteção contra a oscilação de taxas de juros externas e moedas estrangeiras frente ao Real. Os valores nominais destas operações, ao final do 1º trimestre de 2001, totalizaram R\$796.039 (R\$804.905 em 2000) e não são registrados no balanço patrimonial.

Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças das variações nos indexadores contratados e são registrados em Resultado Financeiro, na demonstração do resultado, independentemente do vencimento das operações.

c. Critérios, Premissas e Limitações nos Cálculos do Valor de Mercado

Disponibilidades, Contas a Receber e a Pagar a Curto Prazo

Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

Tributos Diferidos - Ativos e Passivos

O valor de mercado foi calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros pela taxa de juros de longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de mercado é calculado com base no valor presente dos fluxos associados a cada instrumento, utilizando-se as taxas de juros correntes para instrumentos similares e de vencimentos comparáveis.

Limitações

Os valores de mercado são calculados em um momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

Os instrumentos financeiros, incluindo as parcelas com vencimento a curto prazo, cujos saldos contábeis são diferentes dos valores de mercado, são sumariados a seguir.

	Consolidado	
	31 de março de 2001	
	Valor contábil	Valor de mercado
Tributos diferidos e a recuperar	757.078	680.769
	-----	-----
Ativos	757.078	680.769
	=====	=====
Impostos, taxas e contribuições	764.352	714.339
Empréstimos e financiamentos	2.711.823	2.558.234
	-----	-----
Passivos	3.476.175	3.272.573
	=====	=====

* * * * *

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO

NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2001 EM RELAÇÃO ÀS PRINCIPAIS

VARIAÇÕES OCORRIDAS NO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR

SERVIÇOS DE DADOS E INTERNET

A receita de dados foi de R\$460 milhões no primeiro trimestre de 2001, representando um crescimento de 31,1% comparado ao mesmo período de 2000. O serviço de Internet, "frame relay" e redes dedicadas foram os principais responsáveis por esse crescimento.

Durante o primeiro trimestre de 2001, a Embratel observou uma demanda mais fraca nos serviços de dados, resultado de uma série de razões, entre as quais a incerteza econômica e o reposicionamento das empresas "dot-com". A competição intensificou-se e levou a uma maior pressão nos preços. Como anteriormente mencionado, a Sociedade continua observando reduções na receita proveniente de operadoras, em consequência do vencimento de contratos de curto prazo. A Embratel acredita que essa fraqueza persistirá no segundo trimestre, e isso pode impactar o crescimento da receita de dados no ano. Dessa forma, a Embratel espera que o crescimento anual da receita de dados fique na faixa de 20% a 35%.

LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

A receita de longa distância nacional atingiu o montante de R\$1,1 bilhão no primeiro trimestre de 2001, comparado com R\$902 milhões no primeiro trimestre de 2000, representando um crescimento no ano de 22,8%. O crescimento de linhas telefônicas, a receita de fixo para celular e a receita de voz avançada contribuíram para esse crescimento. Nos dois últimos trimestres, a Embratel realizou campanhas de marketing regionais que aceleraram o crescimento da receita.

Comparando-se com o trimestre anterior, a receita de longa distância nacional se manteve estável. Esse resultado é consistente com o período de férias de verão e à época de Carnaval.

LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL

A receita de longa distância internacional no primeiro trimestre de 2001 foi de R\$220 milhões, comparado com R\$219 milhões do mesmo período de 2000. A Embratel tem conseguido manter sua receita internacional apesar das reduções de preços. Os esforços para combater as atividades de "call back" e "bypass" contribuíram para esse resultado.

LUCRO LÍQUIDO

O prejuízo líquido no primeiro trimestre de 2001 foi de R\$34 milhões. O prejuízo foi causado pelo efeito da desvalorização do real em relação ao dólar (10,6% no trimestre) na dívida em moeda estrangeira (veja abaixo em Situação Financeira). Excluindo-se a perda cambial, o lucro líquido teria sido de R\$64 milhões no trimestre.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Embratel Participações finalizou o trimestre com uma posição de caixa de R\$391 milhões. A dívida total em 31 de março de 2001 era de R\$2,7 bilhões, dos quais R\$1,5 bilhão era de longo prazo. Praticamente toda a dívida da Embratel (99,0%) está denominada em moeda estrangeira. A taxa de juros média é a variação cambial do US\$ dólar mais 9,6% a.a. Em 31 de março de 2001, o índice de endividamento (dívida/patrimônio) da Embratel era de 0,45. O aumento de nível de endividamento foi, principalmente, devido à desvalorização da moeda. As dívidas novas contraídas no período - R\$341 milhões - foram obtidas de agências de crédito de exportação (ECAs) para financiarem investimentos de longo prazo e têm, em média, prazos de oito anos. No final do primeiro trimestre de 2001, aproximadamente R\$796 milhões, valor de referência da dívida ("notional amount"), foram protegidos contra flutuações da moeda através de operações de derivativos.

O efeito antes dos impostos da variação cambial negativa, neste trimestre, foi de R\$180 milhões (líquidos dos ganhos de operações de "hedge"). O montante de R\$215 milhões de variação cambial negativa está relacionado às dívidas de longo prazo e não representou desembolso de caixa neste período.

CONTAS A RECEBER

A posição do contas a receber da Empresa em 31 de março de 2001 foi de R\$2,5 bilhões, com um pequeno aumento em relação ao trimestre anterior. O prazo médio de recebimento também melhorou. A provisão para devedores duvidosos acumulada no primeiro trimestre de 2001 foi de R\$664 milhões. A Empresa acredita que, como resultado de várias medidas tomadas em relação ao processo de cobrança, o prazo médio de recebimento continuará melhorando.

A Embratel está implementando uma série de medidas para melhorar o desempenho do processo de faturamento e reduzir o nível de inadimplência. Além de estar trabalhando com a Anatel para estabelecer um padrão mínimo para o envio de informações cadastrais do cliente (qualidade da informação, processo, prazos, etc.), a Embratel atualiza as informações através de seus próprios centros de atendimento. A Empresa mantém equipes próprias telefonando para clientes em débito e vem bloqueando um número cada vez maior de usuários inadimplentes. Os sistemas estão sendo incrementados para terem uma maior capacitação de cobrança e para prover informações gerenciais mais sofisticadas, permitindo uma tomada de decisão mais rápida. A Embratel acredita que a combinação dessas e de várias outras medidas contribuirá para reduzir o nível de recebíveis e inadimplentes no segundo semestre de 2001.

INVESTIMENTO

Os investimentos, neste trimestre, foram de R\$243 milhões. Os investimentos foram assim distribuídos: acesso e infraestrutura local - 26,7 por cento; serviços de dados e Internet - 19,8 por cento; infraestrutura de rede - 10,1 por cento e outros, dos quais um valor substancial foi gasto em tecnologia da informação - 43,4 por cento.

EXPANSÃO NA ARGENTINA

Neste trimestre, a Embratel anunciou vários serviços que oferecerá no mercado Argentino. Os serviços fim a fim incluem: IPL Embratel (serviços dedicados) e Global Fastnet (serviço de "frame relay") que são os primeiros a serem oferecidos - após ter recebido a licença para oferecer serviços de dados de banda larga, Internet e voz internacional. As atividades da Embratel na Argentina, em conjunto com a WorldCom Latina América, inicialmente darão suporte aos clientes empresariais brasileiros que possuem negócios naquele país.

STAR ONE

A Star One lançará brevemente os serviços de banda larga de Internet via satélite. O produto está em fase final de testes. Com uma simples antena, o cliente terá acesso a Internet (bidirecional), via satélite, sem ocupar sua linha telefônica. A Star One também está desenvolvendo uma plataforma IP multimídia capaz de prover vários serviços de banda larga como transmissão de informação e imagens pelo padrão Internet. Está previsto que este serviço esteja disponível para as empresas por volta do meio do ano.

A Embratel é a provedora de telecomunicações "premium" do Brasil. Oferece uma vasta gama de serviços de telecomunicações avançados sobre sua rede estado-da-arte. É líder em serviços de dados e Internet no país. Os serviços oferecidos incluem: voz avançada, serviço de dados em alta velocidade, Internet, comunicação de dados por satélites e redes corporativas. A Embratel está em posição singular para ser a empresa com uma rede fim-a-fim ("all-distance") da América do Sul. A rede da Embratel possui cobertura nacional com 28.388 km de cabos de fibra, compreendendo mais de 1.045.617 km de fibras ópticas.

* * * * *

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE CONTROLADAS/COLIGADAS

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES - EMBRATEL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM

31 DE MARÇO DE 2001 E 31 DE MARÇO DE 2000

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	31 de março	
	2001	2000
RECEITA OPERACIONAL BRUTA:		
Serviços de telecomunicações	2.481.005	2.019.347
Deduções da receita bruta	(638.279)	(488.523)
	-----	-----
Receita operacional líquida	1.842.726	1.530.824
Custo dos serviços prestados	(1.208.099)	(1.032.277)
	-----	-----
Lucro bruto	634.627	498.547
	-----	-----
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(461.381)	(267.784)
	-----	-----
Comercialização dos serviços	(261.634)	(111.772)
Gerais e administrativas	(210.742)	(139.462)
Outras receitas (despesas) operacionais	9.028	(16.550)
Resultado de equivalência patrimonial	1.967	-
	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	173.246	230.763
	-----	-----
Resultado financeiro	(201.463)	11.598
	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(28.217)	242.361
	-----	-----
Resultado não operacional	479	12.129
	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(27.738)	254.490
	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	8.094	(93.377)
Participação de empregados nos resultados	(13.957)	(7.710)
Participações minoritárias	-	-
	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(33.601)	153.403
	=====	=====
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (LOTES DE MIL)	4.723.844	4.723.844
	=====	=====
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES	(0,01)	0,03
	===	===

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

* * * * *